



200

200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA.  
**A INDÚSTRIA E O  
FUTURO DO BRASIL.**



Confederação Nacional da Indústria  
**PELO FUTURO DA INDÚSTRIA**



DESENVOLVIMENTO  
INDUSTRIAL,  
CIENTÍFICO &  
TECNOLÓGICO



# RETOMADA DA INDÚSTRIA DEPENDE DE ESTRATÉGIA E UNIÃO



## **Armando Monteiro Neto**

*Empresário, foi deputado federal, senador da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Foi também presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da qual, atualmente, é conselheiro emérito*

O Brasil teve uma industrialização tardia, que só nasceu um século e meio depois que de implantadas as Primeira e Segunda Revoluções Industriais na Europa. Graças a um acerto em políticas adotadas a partir do início do século XX, o país conseguiu construir uma indústria vigorosa, diversificada e que, até bem pouco tempo, foi a mais importante plataforma manufatureira da América Latina. Agora, temos uma situação curiosa: industrialização tardia e desindustrialização precoce.

O Estado desempenhou papel importante para o desenvolvimento da indústria nacional. Na Era Vargas, edificamos a indústria de base, que deu suporte ao vigoroso ciclo de substituição de importações, com produção de bens de consumo duráveis. Não fosse a implantação da indústria de base, o Brasil não teria dado esse salto, que se completou na década de 1970, com o segundo PND (*Plano Nacional de Desenvolvimento*), no governo do General Ernesto Geisel. Naquela ocasião, iniciamos um ciclo de substituição de importações de bens intermediários e de bens de capital.

O desafio, agora, é definir uma estratégia industrial que dialogue com os tempos atuais: a Indústria 4.0, a economia digital. É preciso entender que temos oportunidades, que podem ser aproveitadas na transição energética da descarbonização da indústria.

Entretanto, a partir dos anos 80, perdemos impulso por causa de vários fatores: a instabilidade macroeconômica com um processo inflacionário descontrolado e, depois, no próprio processo de estabilização da economia, fortíssima apreciação cambial e drástica elevação das taxas de juros. Esses fatores atrapalharam muito a indústria brasileira. Houve, também, uma certa dificuldade de entendermos a natureza das mudanças

no cenário mundial. Não conseguimos transitar da política de substituição de importações para um modelo aberto, que exigia desenvolver competências, especialmente na produção de bens de maior densidade tecnológica e maior complexidade. Aos poucos, fomos perdendo competências em áreas fundamentais, perceptíveis no *déficit* na balança de manufaturados, como os setores farmacêutico, eletroeletrônico e de informática.

O desafio, agora, é definir uma estratégia industrial que dialogue com os tempos atuais: a Indústria 4.0, a economia digital. É preciso entender que temos oportunidades, que podem ser aproveitadas na transição energética da descarbonização da indústria. Contudo, tudo isso dependerá da capacidade de adotarmos políticas industriais nascidas de uma aliança estratégica entre o setor privado e o setor público, para promoção da competitividade, em várias dimensões, longe de um viés protetivo.

## O NÓ DO CUSTO BRASIL

Por outro lado, os custos sistêmicos e as ineficiências foram se ampliando. O Brasil passou a ver a fragilidade crescente do Estado para manter a infraestrutura física, que se deprecia a cada ano. As

disfuncionalidades do sistema tributário brasileiro, que privilegia a importação, em detrimento da produção nacional, adota um viés anti-industrial, que sobrecarrega o setor com uma segmentação que o resto do mundo não utiliza em relação à tributação de bens e de serviços. A tributação deve ser integrada para que se redistribua a carga setorial de forma mais justa.

Diversos fatores determinaram esse quadro e terminaram por tirar o Brasil do ranking dos dez países com maior produção industrial. Perdemos essa posição nos últimos anos para Taiwan, por exemplo, que hoje tem uma produção industrial maior que a nossa; a Coreia do Sul já havia nos ultrapassado; a Indonésia já tem hoje uma produção industrial maior que a nossa; até o México, que tem uma configuração industrial diferente da nossa, já avança significativamente. Para recuperar nossa posição, precisamos de melhor coordenação intragovernamental para focar em uma agenda que corrija as distorções do chamado Custo Brasil.

Temos o desafio de fazer avançar a reforma tributária, mas persistem conflitos intersetoriais, em função do grande número de regimes especiais de tributação. A cada ensaio de avanço, alguns setores que ganham com as atuais disfunções se opõem às propostas colocadas na mesa. Por estar dispersa em várias áreas do governo, a agenda pró-competitividade demanda

uma forte coordenação, com definição clara de metas e objetivos. Portanto, é como se tivéssemos, a um só tempo, uma agenda velha, que nos remete à solução de problemas antigos, e uma agenda nova, associada à aceleração do desenvolvimento de novas competências, sem o quê o Brasil poderá ficar definitivamente para trás na corrida industrial.

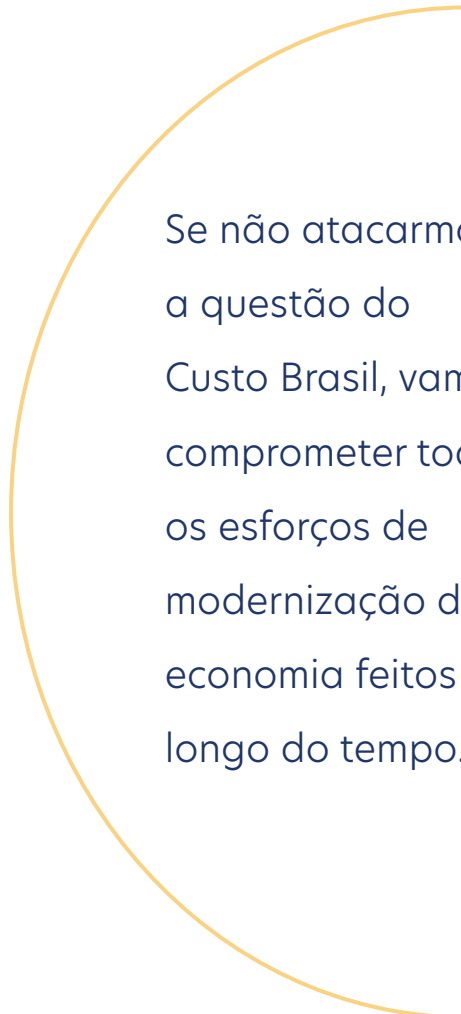
Estudo elaborado pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC) estima que o Custo Brasil tira R\$ 1,5 trilhão por ano das empresas instaladas no território nacional, o que representa 22% do Produto Interno Bruto (PIB). Essa oneração do setor industrial puxa a competitividade do país cada vez mais para baixo. Por isso, é essencial priorizar esse tema na agenda nacional, envolvendo os setores público e privado, no sentido de criarmos políticas que enfrentem o problema e não mudem conforme os ciclos políticos. Precisamos ter clara compreensão de que, se não atacarmos a questão do Custo Brasil, vamos comprometer todos os esforços de modernização da economia feitos ao longo do tempo. O desafio é focar nesse grande ônus que pesa sobre o setor produtivo brasileiro e atuarmos, firmemente, para enfrentar essa agenda, dentro da formulação de uma política industrial moderna.

O tecido industrial brasileiro é muito heterogêneo. Há setores que estão na ponta do estado da arte, em termos

microeconômicos, mas as ineficiências e os custos sistêmicos terminam por comprometer o processo. A reforma tributária é um ponto importante para enfrentar o Custo Brasil, pois nosso sistema tributário tem um viés anticompetitividade, com um conjunto de deficiências e disfuncionalidades graves. Esse modelo fragmentado de tributação faz com que o setor de serviços seja subtributado no país. Não há uma compreensão adequada, por exemplo, referente à forte tributação sobre bens, que, por serem “comercializáveis”, nos deixam em desvantagem em relação à concorrência externa.

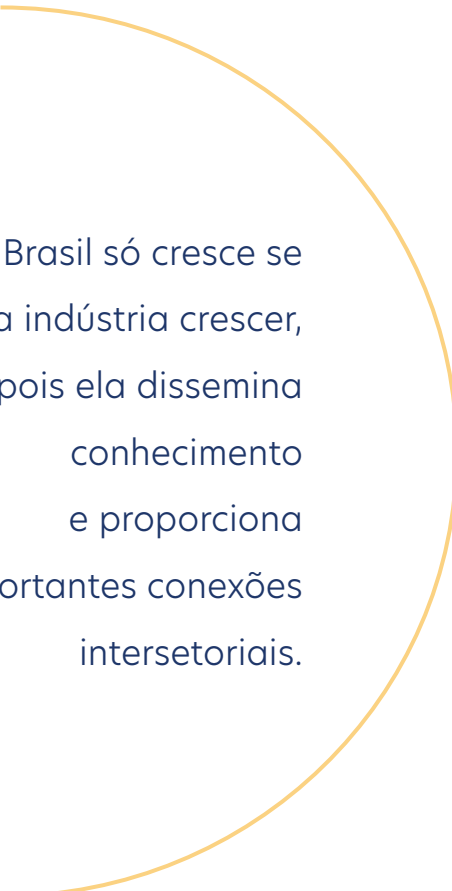
## A BUSCA PELO CONSENSO

Se não avançarmos nessa agenda, continuaremos a ter graves problemas para o relançamento da indústria brasileira. As entidades representativas do setor produtivo têm promovido visíveis esforços de diálogo com o Congresso Nacional, que culminaram em iniciativas importantes, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110, que tem como diretriz principal a instituição de um modelo dual do Imposto de Valor Agregado (IVA). Ao nosso ver, essa proposta responde de maneira adequada a um modelo tributário de classe mundial, harmonizado com os sistemas que hoje predominam no mundo.



Se não atacarmos a questão do Custo Brasil, vamos comprometer todos os esforços de modernização da economia feitos ao longo do tempo.

A PEC 110 apresenta inédito consenso na esfera federativa. Pela primeira vez, Piauí e São Paulo se entenderam a respeito do que seria essa trajetória. Alguém até brincou: “quando isso acontece, desconfie, porque a conta vai ser endereçada, seguramente, ao consumidor”. O fato é que os próprios estados perceberam que perdem muito com o sistema atual, na medida em que a base do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) está se erodindo com a



O Brasil só cresce se a indústria crescer, pois ela dissemina conhecimento e proporciona importantes conexões intersetoriais.

economia digital e com o avanço do setor de serviços, entre outros. Essa agenda fundamental deve ser o norte, a grande orientação da mandala do Custo Brasil. É preciso ter um olhar sobre cada ambiente – que, ao final, produz quadro tão desfavorável à competitividade da indústria nacional – e reconstituir essa base, e isso não será feito com o modelo segregado de tributação de bens e consumo.

Há um ponto que explica por que – apesar desse raro consenso na esfera federativa, e no próprio Congresso Nacional – não conseguimos gerar iniciativas importantes, razão pela qual não logramos avanços mais substantivos: a grave omissão do governo federal, que não conseguiu dizer, com clareza, qual era o seu projeto de reforma tributária. Tivemos sempre uma percepção de algo errático no governo: ora ele queria tratar do projeto que estabelece mudanças no Imposto de Renda para pessoas físicas, empresas e investimentos financeiros, ora queria fazer uma reforma de alcance muito limitado em relação apenas ao PIS/COFINS, que há muito já está definido. Não joga a responsabilidade no Congresso. Se essa reforma não avançou, isso se deveu, em grande medida, à falta de clareza e de determinação do governo em relação ao tema, que só avança se o Executivo Federal tiver posição clara e compromisso claro a esse respeito. Não devemos “jogar a toalha”, mas precisamos ter a consciência de que a reforma tributária só se completará nos próximos anos.

É importante ressaltar que o longo período de relativa estagnação da economia brasileira coincide, exatamente, em termos relativos,

com o período de declínio da indústria. É muito importante entender que o Brasil só cresce se a indústria crescer, pois ela dissemina conhecimento e proporciona importantes conexões intersetoriais. Analisando um pouco o período de crescimento mais vigoroso da indústria, houve anos, em três décadas, em que o Brasil teve crescimento *per capita* de quase 5% ao ano.

É preciso que seja implementada uma estratégia que coloque a retomada da indústria no centro da agenda nacional. Esse é um momento desafiador e, por isso, mais do que nunca, a liderança empresarial tem um papel decisivo para que essa agenda tenha centralidade. Há uma certa fragmentação no movimento empresarial e uma falta de clareza de interesses estratégicos, que devem se sobrepor a eventuais divergências intersetoriais. Gostaria de ver o surgimento de entidades com perfil multisetorial demonstrando, de forma unida e integrada, um compromisso claro na defesa dessa agenda estratégica do país. Este é o nosso grande desafio: as lideranças empresariais realizarem um grande esforço para que o peso político da representação possa corresponder à exata medida das nossas ambições para o futuro.

## EMERGÊNCIA TARDIA

*Além da industrialização tardia e da desindustrialização precoce – muito bem diagnosticadas por **Armando Monteiro Neto** – cabe acrescentar que o Brasil teve, também, uma emergência extemporânea. Nossa potente economia emergiu quando o ambiente mundial não era mais favorável ao modelo que seguimos, tal como plebeus que se fazem nobres na véspera de uma revolução proletária. Adquirimos uma indústria manufatureira vigorosa, nos padrões das revoluções industriais que já estavam sendo superadas pela globalização da economia, e, mais recentemente, pelas consequências de inovações disruptivas, como a inteligência artificial, e pelos limites ecológicos ao crescimento.*

*Nos tornamos potentes para a indústria baseada no petróleo, na véspera da necessidade de descarbonização da economia; nos fizemos competitivos para o desenvolvimento analógico, quando o mundo ficou digital; adquirimos poder no capital financeiro e mecânico, quando o capital passou a estar no conhecimento; nos baseamos no protecionismo alfandegário nos tempos da globalização comercial; e continuamos ainda dependentes do Estado, quando ele já manifestava esgotamento fiscal, político e moral. A despeito de termos atualmente um dos mais modernos parques industriais do mundo, nossa indústria não foi capaz de se sintonizar com os novos tempos e decresce a olhos vistos.*

*O Brasil chega ao bicentenário de sua Independência carregando um passado do qual precisa se livrar, e, ao mesmo tempo, com uma agenda velha para corrigir as disfunções. Precisamos criar uma nova universidade, enquanto montamos um Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Ao mesmo tempo, urge erradicarmos o analfabetismo de adultos e criarmos um Sistema Nacional de Educação de Base. Faz-se mister desenvolver a indústria nacional para a concorrência global, sem retirar os apoios que são dados para ela se proteger da concorrência.*

*Como bem enfatiza o líder empresarial e político, é essencial, também, desatarmos o histórico nó do Custo Brasil, que, há várias décadas, atravanca a competitividade da indústria e o crescimento do país como um todo – um desafio que só será vencido se o Brasil mudar sua atual política fiscal, dando um fim ao complexo cipoal tributário vigente, que enriquece apenas advogados e contadores, fiscalistas, beneficia alguns, sacrifica milhões, aprisiona empresas, afasta investidores e assusta consumidores. Além de ser caótico, injusto e corruptível, o atual sistema de cobrança de impostos do país não serve como incentivo à dinâmica econômica nem à justiça social. É fundamental, ainda, que seja implementada uma reforma administrativa, que leve mais em conta a eficiência da máquina pública e os interesses dos contribuintes do que as exigências da máquina sindical e o corporativismo do funcionalismo.*

*Outro ponto de atenção de grande relevância levantado por Armando Monteiro é a necessidade de unidade das lideranças empresariais do país –independentemente de suas preferências ideológicas e de interesses setoriais – em torno de uma agenda estratégica, que enfrente de forma audaciosa a questão do Custo Brasil, sobretudo na área tributária, e procure reverter o preocupante processo de desindustrialização do país, além de outros desafios nos campos econômico e social. Dificilmente, o Brasil sairá do atoleiro e encontrará a trilha do desenvolvimento econômico e social, ao longo do terceiro centenário, sem a definição de propósitos comuns, que unifiquem o país.*





# A NECESSIDADE DE UMA POLÍTICA INDUSTRIAL ROBUSTA

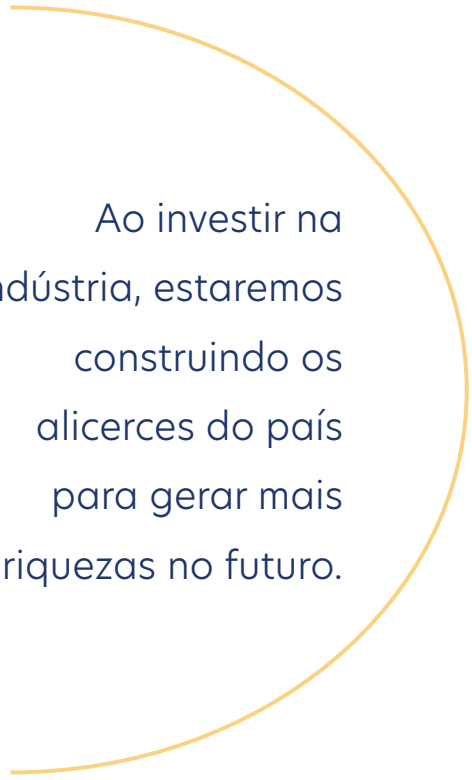


## Ana Cristina Rodrigues da Costa

*Economista, é coordenadora de Estratégia Industrial e Desenvolvimento da área de Indústria, Serviços e Comércio Exterior do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)*

A industrialização tardia e dependente foi, certamente, um dos fatores que impediu o Brasil de alcançar um maior desenvolvimento até agora. Podemos dizer que a história do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), criado há sete décadas, se confunde com o apoio do Estado para a industrialização do país de forma mais potente e efetiva. Desde então, conseguimos construir um moderno e diversificado parque industrial, que está entre os maiores do mundo. Entretanto, ainda hoje, a indústria nacional possui grande heterogeneidade, com a convivência de grandes empresas transnacionais com um enorme número de micro, pequenas e médias empresas.

Assim, para nos adaptarmos a um mundo com sérios problemas de transformações geopolíticas, com aumento da rivalidade entre estados nacionais, reconfiguração das cadeias de valor global, escassez de insumos etc., é crucial a criação de uma política industrial que fortaleça as cadeias locais de fornecimento com maior agregação de valor e inovação, tornando o país mais resiliente diante de crises de diversas naturezas. O pressuposto dessa política é a constituição de setores com empresas capazes de assimilar e produzir novas tecnologias.



Ao investir na indústria, estaremos construindo os alicerces do país para gerar mais riquezas no futuro.

Apesar das incertezas e das tecnologias inteligentes e conectadas criadas nos países avançados, bem como da necessidade de enfrentar as questões climáticas e ambientais, além de absorvedores, precisamos ser, também, desenvolvedores dessas tecnologias. Ainda que o Brasil tenha grandes desafios e gargalos a serem superados, precisamos perceber que esse mesmo contexto complexo abre novos espaços e oportunidades para a construção de uma política tecnológica e industrial sustentável própria.

O conjunto de capacitações organizacionais e produtivas no nível das firmas pode ser desenvolvido pela rede de instituições científicas

e tecnológicas existentes no país – como a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) e os Institutos SENAI de Inovação, possibilitando desenvolver as chamadas tecnologias habilitadoras, que perpassam vários setores. Essa rede de Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs) e tais tecnologias contribuem fortemente para a agenda da descarbonização, aprimorando desde o que desenvolvemos há décadas, como o uso do etanol, até o que buscamos agora no hidrogênio verde.

Já temos importante atuação no campo da indústria 4.0, mas precisamos aumentar nossa capacidade para mobilizar recursos a custos adequados.

Outro ponto relevante é como “relegitimar” a indústria promovendo sua função social: empregos de melhor qualidade, mais qualificados, mais bem remunerados e capacidade para inovar, com maior encadeamento para frente e para trás nas cadeias de valor. Ao investir na indústria, estaremos construindo os alicerces do país para gerar mais riquezas no futuro. Esse setor necessita, ainda, de uma política macroeconômica convergente com a política industrial para que o país possa ter a capacidade de equilibrar seu balanço de pagamentos ao longo do tempo.

Nos últimos anos, temos importado cada vez mais, principalmente

peças, componentes e insumos. Isso faz com que nossos engenheiros e nossas empresas percam a capacidade de inovação e de absorção tecnológica, assim como a capacidade de exportar produtos de maior valor agregado. O desafio é como adentrar nas cadeias de valor global, de maneira a termos mais do que indústria maquiladora. É trabalhar com maior valor agregado, para construir tanto quanto os países mais avançados têm construído: economia mais resiliente, descarbonizada e mais autônoma nas suas tomadas de decisão.

## A FORÇA DO ESTADO

É importante um Estado forte, que possa abrir caminhos para montar instituições de desenvolvimento como o BNDES, com capacidade de ação e planejamento. Além disso, é preciso abrir mais relações com a academia, com a sociedade civil e com as empresas para a construção de ambientes democráticos que possam desenvolver pactos de curto e longo prazos. Neles, a indústria deve ser relevante – a tal ponto que os apoios dados pelo Estado ao setor se legitimem graças à possibilidade de ajudar a construir o futuro da nação: geração de riqueza mais bem distribuída, com melhor equidade e justiça social.


Temos possibilidades de construir uma indústria mais competitiva e produtiva, mas precisamos que as políticas macroeconômicas sejam convergentes com a política industrial. E, assim como o resto do mundo, faz-se necessário trabalhar políticas industriais e de inovação juntas. Não se pode mais pensar esses dois princípios de maneira separada. As tecnologias habilitadoras – ou tecnologias genéricas, pervasivas – são a chave para fazer com que os diversos setores consigam adentrar na digitalização, na biotecnologia, na nanotecnologia e em outras inovações já existentes. O Brasil possui conhecimento nesses campos, seja em várias das suas indústrias e setores, seja na academia. A área da saúde, por exemplo, se ressaltou nesse período da pandemia, e sua cadeia produtiva vem trabalhando para termos insumos estratégicos que atendam a nossas necessidades, nos momentos de crise ou não.

O Brasil tem possibilidade de trabalhar no que hoje tem sido chamado de *nearshoring*, que significa o fornecimento em cadeias produtivas próximas geograficamente da sede das empresas multinacionais, porque há um *reshoring* nos processos industriais dos países centrais para diminuição da concentração da produção na Ásia. Temos capacidade de atração, mas precisamos agir com inteligência, instalando centros de P&D para

desenvolvermos cadeias produtivas locais de suprimento, com capacidade de desenvolvimento tecnológico e inovação, nas quais tenhamos ganhos relativos e agregação de valor aos nossos produtos e serviços.

Os investimentos mais significativos do Brasil nesse campo remontam ao PND (Plano de Desenvolvimento Nacional) e ao Plano de Metas e Bases, desenvolvidos no início da década de 1970. Atualmente, não temos nada organizado, mas fizemos, por exemplo, o processo para o desenvolvimento da cadeia de fornecimento de energia eólica. Se as capacidades existem, os instrumentos também já existem. Temos que olhar o passado para aprender e fazer os devidos balanceamentos para construir o futuro, levando em conta a realidade do presente.

As políticas industriais e de inovação nos países avançados sempre estiveram ativas nas décadas de 1980 e 1990. Pós-2008, depois da queda do *Lehman Brothers*, e principalmente a partir de 2012, percebeu-se que era preciso construir novas estratégias. Os Estados Unidos começaram a perceber que perdem liderança para a China, porque este país passou a ter o processo produtivo próximo da academia. Quando existe o processo produtivo próximo da academia e dos engenheiros, consegue-se fazer e potencializar a inovação.



Temos possibilidades de construir uma indústria mais competitiva e produtiva, mas precisamos que as políticas macroeconômicas sejam convergentes com a política industrial.

Precisamos aproveitar o processo produtivo ainda existente, fortalecer os laços com a academia e ter política industrial e macroeconômica convergentes. Também precisamos rever premissas que nos amarram e que não temos conseguido mudar. Os chineses juntam o prático e o teórico e não se prendem a ideologias ou premissas. Eles as reveem o tempo todo. O binarismo a que estamos acostumados precisa ser revisto, para aprendermos a agir de maneira mais orgânica e a usar vários instrumentos, antigos ou não.

## DESAFIOS DA INOVAÇÃO NA INDÚSTRIA

Sem demanda agregada, não podemos pensar em investimentos. Quando se analisa o investimento de um plano de inovação, o agente financeiro olha a perspectiva do mercado potencial, para saber se o projeto vai se pagar. O empresário tem essa mesma preocupação: pagar o empréstimo ou remunerar o capital dos sócios. Para enfrentar esses desafios, as agendas têm que ser convergentes. Todos os países que dispõem de um aparato de Estado trabalhando em encomendas tecnológicas dirigidas para o futuro, bem como financiamento com recursos não reembolsáveis, por exemplo, induzem a previsibilidade e ajudam nas expectativas das empresas para investir, em especial no investimento usual, e não esporádico, em inovação. Esse processo não ocorre da noite para o dia, pois o mesmo é cumulativo. Precisamos trabalhar em inovações incrementais que, em algum momento, possam gerar inovações disruptivas. As empresas precisam ter capacitações para inovar, ter planos e estar sempre inovando, com a perspectiva de mercado potencial: o que pretende e por que está fazendo esse ou aquele investimento.

Os países que fazem políticas industriais juntam vários setores, inclusive os bancos de

desenvolvimento. Já temos um sistema nacional de fomento pronto. Precisamos mapear, estimular e ter os recursos adequados e coerentes para melhorar os indicadores de inovação. O contexto atual é bastante positivo para essa mudança possível; o desafio é reforçar e retomar a capacidade de inovar, acumulada e ainda existente no país. Para isso, precisamos: combinar nosso tecido industrial e nosso tecido acadêmico, frutos de investimentos pretéritos ainda relevantes; e trabalhar esses investimentos daqui para a frente, na busca de uma convergência nas políticas, tendo a visão de “relegitimar” o foco da atuação da indústria. Ainda que tenhamos as urgências sociais, precisamos trabalhar o curto prazo sem perder de vista o longo.

A indústria é fornecedora de bens, máquinas, equipamentos e serviços, que estão cada vez mais juntos e misturados com o advento da indústria 4.0, principalmente os serviços intensivos em conhecimento, fundamentais para os passos que queremos dar. Podemos trabalhar com a indústria que temos, inclusive para atender às urgências sociais e ambientais. Os Estados Unidos têm como *driver* de crescimento os investimentos em defesa, energia e saúde. Precisamos descobrir quais são nossos *drivers*, para fazermos as ligações com setores cujas tecnologias ali desenvolvidas perpassem os demais setores.

Por exemplo, temos os investimentos para a indústria 4.0, que aumentam a produtividade e a eficiência, especificamente para se atingir a meta de descarbonização. Além disso, precisamos mudar as fontes dos processos produtivos, para sermos mais eficientes em termos energéticos com fontes renováveis, como temos conseguido há muito tempo com o desenvolvimento dos biocombustíveis, o biogás e a biomassa, além das energias eólica e solar. Da mesma forma, setores relevantes – como agricultura, petróleo e gás, defesa e aeronáutica, saúde, energias renováveis e mobilidade – podem ser estimulados a investir a partir de encomendas tecnológicas, parcerias público-privadas, leilões e concessões etc.

Assim, conseguiremos criar uma matriz positiva, gerando um ciclo virtuoso para repassar ao restante da economia. Instituições como o BNDES, a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e as FAPS (Fundações de Amparo à Pesquisa) são muito relevantes, não apenas como agentes financiadores desses projetos, mas também como catalisadores dos investimentos privados, para termos como financiar com custos adequados o desenvolvimento do país, visando contribuir para o apoio à inovação na indústria, na busca por uma transição tecnológica e energética capaz de enfrentar questões climáticas e sociais tão prementes.

## ***DIVÓRCIO DA ACADEMIA COM A INDÚSTRIA***

*O mundo atravessa um terremoto geopolítico e outro tecnológico. Nessas circunstâncias, a economista **Ana Cristina Costa** defende que a indústria precisa contar com um Estado forte, capaz de ajudar as empresas a conseguirem incorporar cadeias de valor, como fazem outros países. Quanto mais instabilidade externa, mais necessidade de estabilidade interna – jurídica, política, institucional –, que permita enfrentar as transformações globais, com coesão e rumo. É necessário termos fortes instituições de pesquisa voltadas para a inovação, reunindo os setores público e privado, entidades da sociedade civil, a academia e empresas.*

*O Brasil não se situará nesse mundo em transformação com inovações diárias se as empresas continuarem investindo pouco na formação de engenheiros e mais na formação de advogados e contadores, por exemplo. E isso só será possível se o país tiver um quadro de estabilidade jurídica, especialmente fiscal, promoção de universidades que priorizem a formação e pesquisas na área de engenharia. A imprevisibilidade interna na condução de nossos rumos se junta às instabilidades da tecnologia e da geopolítica, transformando qualquer sopro em tsunami. No lugar de navegar na crise mundial, como fizemos em 1929, agora estamos naufragando nas nossas instabilidades, no mar das incertezas mundiais.*

*Uma das maiores dificuldades para a indústria nacional se desenvolver está nas nossas universidades: sem prioridade às áreas tecnológicas e sem vocação para conviver com o setor produtivo, sem responder às exigências de produção e sem substituir a importância dos “papers” por patentes. O terceiro centenário da Independência será ganho ou perdido na interação ou no divórcio entre a academia e a indústria. A universidade precisa fazer sua revolução, ampliando o trabalho de núcleos temáticos, definidos em colaboração com o setor industrial, e ser menos escada de ascensão para promoção individual e mais alavanca para o progresso do país.*



# CAMINHOS PARA A REINDUSTRIALIZAÇÃO



## Dan Ioschpe

*Presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI). Integra o conselho deliberativo da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e os conselhos de administração das seguintes empresas: Ioschpe-Maxion, WEG, Cosan, Embraer e Marcopolo*

A contribuição da indústria para o avanço tecnológico – processos, equipamentos, matérias-primas e serviços – favorece o crescimento da produtividade geral da economia e o acesso da sociedade a novos bens e serviços. A indústria arrecada impostos em proporção superior à sua expressão no PIB, seja pela formalidade do setor ou pelo elevado valor agregado dos seus produtos e dos serviços embutidos. Precisamos que o setor cresça, mas, para isso, existem quatro condições essenciais para que possamos avançar. A primeira, e estamos enfrentando isso mais intensamente nos últimos tempos, é a tranquilidade institucional. A segunda é uma história já relativamente longa no Brasil: o equilíbrio macroeconômico, a partir de uma trajetória de ajuste fiscal ao longo do tempo. Em terceiro lugar, está o combate à histórica desigualdade social e, por fim, a sustentabilidade ambiental, uma agenda cada vez mais crescente.

Ajustadas as condições essenciais, temos de avançar na agenda da competitividade, que passa pela implementação de medidas fundamentais para o desenvolvimento da indústria e do país como um todo: realização de uma reforma tributária, focada na unificação dos impostos incidentes sobre o consumo de bens e serviços, em um nível nacional, isonômico, simples e abrangente, com tributação no destino e devolução rápida de créditos gerados no sistema; implementação de uma reforma administrativa focada na melhoria da prestação dos serviços ao público, na digitalização e na desburocratização, buscando redução do custo da máquina do Estado ao longo do tempo; aprofundamento da reforma trabalhista, até mesmo por causa do avanço constante e acelerado nas relações de trabalho; e redução paulatina da insegurança jurídica, em todos os campos, como na tributação, nas relações trabalhistas e nas demais áreas.



Vamos ter muita  
dificuldade se não  
enfrentarmos a agenda  
da competitividade  
e adotarmos o  
planejamento para  
avançar com rapidez e  
eficiência.

Outra questão relevante é o fomento eficiente à realização de pesquisa, desenvolvimento e inovação, com a imediata revisão da Lei do Bem, a maior disponibilização e o não contingenciamento de recursos para sistemas como a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial), a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e os diversos institutos de ciência e tecnologia existentes no país. É fundamental, também, que haja uma expansão acelerada da infraestrutura, a partir de concessões em setores como saneamento,

estradas, ferrovias, portos, aeroportos e conectividade. A participação efetiva do Estado nesse campo é necessária, preferencialmente por meio das parcerias público-privadas, nos projetos não viáveis do ponto de vista econômico, mas necessários do ponto de vista social. Da mesma forma, é preciso que se dê prioridade à participação do BNDES na aceleração dos projetos de infraestrutura, no fomento a pesquisa, desenvolvimento e inovação, notadamente em digitalização e sustentabilidade, e no avanço do comércio exterior, áreas em que a capacidade de aporte do banco é conhecida.

Finalmente, e não menos importante, é crucial que se busque uma maior integração do Brasil com o mundo, de forma continuada e incondicional, por meio de acordos comerciais graduais que sejam horizontais, sem setores ganhadores e perdedores, que respeitem o desafio da redução do Custo Brasil. A meta seria contar com uma cobertura de, ao menos, 80% do nosso comércio exterior sob acordos ao longo dos próximos anos, com amplo conhecimento público, para que as empresas e pessoas tomem suas decisões com a máxima antecedência. Nesse sentido, um grande avanço seria a implementação do acordo com a União Europeia, em que já se trabalha há duas décadas, e sua utilização como plataforma para futuros acordos com demais países e regiões.

Ainda nessa seara da inserção internacional, há a necessidade premente de ingresso efetivo do Brasil na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para que possamos seguir sistemas e metodologias comprovadamente bem-sucedidos, evitando o processo de tentativa e erro que tanto tem nos caracterizado. Precisamos entender que essa visão nos possibilitaria uma aceleração do desenvolvimento socioeconômico do nosso país, ao mesmo tempo em que impulsionaria o crescimento da indústria, alavancando os demais setores e viabilizando avanços tecnológicos, o aumento da arrecadação de tributos, a geração e formalização de empregos com maior renda, uma melhor formação profissional e melhores condições de trabalho nas empresas.

## **AGENDA CERTA COM PLANEJAMENTO**

O fato de a nossa industrialização ser tardia em relação a outros países é menos relevante do que a dificuldade que o país teve em avançar a partir da década de 1980. No ciclo entre 1930 e 1980, o Brasil teve o maior crescimento econômico do mundo, puxado pelo setor industrial. Temos perdido os últimos 30 ou 40 anos tem, com certeza, maior relevância do que

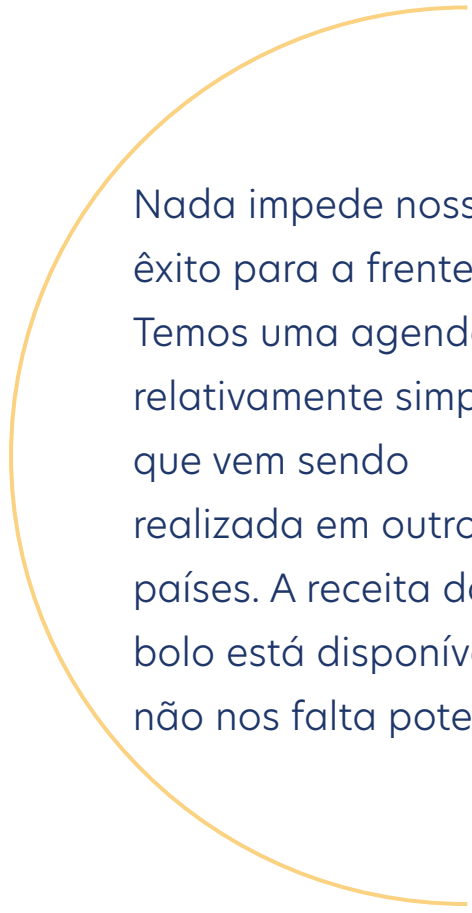
a tardia industrialização. Éramos, talvez, uma semi-China na época. O avanço da tecnologia, os recursos financeiros e humanos que se colocam hoje e a capacidade de processamento da tecnologia da informática – tudo isso em ritmo cada vez mais acelerado – reduziram a velocidade de nosso crescimento. Uma série de desacertos explicam por que não conseguimos manter o passo. A parte interessante é a possibilidade de retomarmos o passo, com uma agenda certa, conhecida e relativamente óbvia, que se some ao planejamento, mas isso exige, sobretudo, estabilidade política e econômica.

Atualmente, vivemos uma enorme instabilidade nesses dois campos, o que tem impossibilitado o desenvolvimento de ações e planos de médio e longo prazo. Isso tem um preço. Por exemplo: a China representa metade da produção e da demanda por mobilidade elétrica no mundo, uma nova tendência que está ocorrendo com velocidade cada vez maior. Os chineses não chegaram a essa condição por acaso: houve um planejamento que pensou no consumidor, na descarbonização, na poluição e na movimentação em centros urbanos. No caso chinês, essa eletrificação é feita à base de carvão. Imaginemos o nosso potencial se tivéssemos tido visão mais planificadora em anos anteriores para a nossa imensa capacidade para a economia verde!

Na China, mesmo sem a cadeia de descarbonização, a opção da mobilidade elétrica gerou escala para um novo padrão tecnológico e uma escala mais ampla de mercado, que induz a escala de produção. O resto do mundo terá que competir com essa circunstância chinesa. No lado americano, na Índia e em outros países há um enorme esforço público-privado, planejado para avançar e reduzir essa diferença com a China. Vamos ter muita dificuldade se não enfrentarmos a agenda da competitividade e adotarmos o planejamento para avançar com rapidez e eficiência.

Se não tivermos uma recuperação da indústria, mesmo que o PIB avance um pouco, a correlação com o dispêndio em PD&I (Pesquisa Desenvolvimento & Inovação) no Brasil não atingirá o patamar dos outros países. Estaremos transferindo o esforço de PD&I para ser realizado em outras nações, uma vez que são tecnologias habilitadoras, que devem estar próximas do processo, e têm casualidade estratégica. O elo estratégico para o fomento de pesquisa em inovação ocorre em países que têm maior preocupação com a segurança nacional, com a segurança alimentar ou com a segurança energética.

No Brasil, a indústria está declinando rapidamente em relação ao PIB, em um nível desproporcional, inclusive com economias desenvolvidas onde já houve enriquecimento da



Nada impede nosso êxito para a frente. Temos uma agenda relativamente simples, que vem sendo realizada em outros países. A receita do bolo está disponível e não nos falta potencial.

população média. Seria natural a redução da indústria em relação a serviços. Nos países desenvolvidos, essa participação está bem acima, ao redor de 18%, 20%. O encarecimento da força de trabalho, que é uma derivada do enriquecimento da própria economia, leva à redução da participação da indústria no PIB, como estamos vendo nos Estados Unidos e na China. No caso do Brasil, saímos do trilho antes da hora. Não estamos tendo enriquecimento proporcional aos outros países e tivemos um declínio forte. Se não conseguirmos maior vitalidade do tecido industrial,

casada com uma visão macroeconômica e estratégica das possibilidades do país, dificilmente sairemos dessa posição. Vamos minguar, com o PD&I em relação ao PIB, porque ele, certamente, será aplicado em outros lugares.

Nada impede nosso êxito para a frente. Temos uma agenda relativamente simples, que vem sendo realizada em outros países. A receita do bolo está disponível e não nos falta potencial. Se fizermos um planejamento melhor e a implementação certa das etapas, poderemos alcançar grandes avanços, especialmente nas áreas da contemporaneidade, como a descarbonização e a segurança alimentar, em que temos muitas vantagens comparativas. A única razão de não obtermos sucesso será nossa incapacidade de transformar potencialidades e recursos em resultados.

Estudos realizados pelo IEDI concluem que um dos nossos principais problemas foi o equívoco de não percebermos que o caminho exige política industrial e sintonia entre governo e empresas. Isso tem provocado a recusa – e, até mesmo, a proibição – de se tratar essas questões. Temos que apontar para a sociedade, empresas, governos, lideranças acadêmicas e demais líderes do país que existe um caminho a ser seguido e que ele não é complexo, mas requer planejamento, organização, constância. O país precisa se reinventar a cada momento, mas seguindo uma trilha lógica, já realizada por outros países que tiveram sucesso e nos mostram seus exemplos.

## PREVER E PLANEJAR

**Dan loschpe** nos dá importantes pistas sobre o roteiro que o Brasil precisa seguir para retomar o rumo da industrialização no século da economia global, baseada no conhecimento e comprometida com a sustentabilidade. O ambiente de qualquer política de industrialização para o futuro é composto por globalidade, conhecimento e sustentabilidade, mas esse triângulo exige confiança, que, por sua vez, requer estabilidade jurídica, população educada, sem pobreza, com boa distribuição de renda e segurança pública.

A indústria do futuro deve imbricar não apenas os demais subsetores industriais, mas também o conjunto da sociedade e a ecologia. É fundamental, ainda, que haja investimentos em educação de base e universitária, em pesquisa e desenvolvimento, além de segurança jurídica e do equilíbrio das finanças públicas.

Outra premissa crucial é prever e planejar, como fizeram Coreia do Sul e China. Esses dois países perceberam as oportunidades adiante e planejaram o uso dos recursos que tinham, para atingir as metas a que se propunham e tirar vantagem no mercado consumista que viria. Agora, é a vez o mercado por consumo de bens sustentáveis, especialmente os descarbonizados.

O Brasil tem mais recursos naturais e base tecnológica para isso do que muitos outros países. Assim como China e Coreia o fizeram, precisamos prever e planejar. Esse salto exige unidade de vontade e instinto nacional. Nosso problema não está na falta de ferramentas para derrubar a barreira estagnante, mas em conseguir caminhar no atoleiro político que dificulta coesão e rumo.

Cada país precisa do que os norte-americanos e ingleses chamam de “drive” – uma vontade, uma força motora. Para avançar, os países precisam de metas, como foi enfrentar a Alemanha e ganhar a 2ª Guerra ou mandar uma tripulação à Lua. O Brasil precisa encontrar seus “drives” em dois propósitos: sustentabilidade ambiental e desempobrecimento da população. Deve canalizar o potencial e o esforço de inovação na luta contra a pobreza e na busca de desenvolvimento sustentável. O desafio é planejar para transformar necessidades, potencial e recursos em soluções para a dinâmica econômica e o consequente crescimento com bem-estar.



# INOVAÇÃO E PLANEJAMENTO RUMO AO FUTURO



## **Carlos Américo Pacheco**

*Professor de economia das Universidades de Campinas (Unicamp) e diretor-presidente do Conselho Técnico-Administrativo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Foi secretário-executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, presidente do Conselho de Administração da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e diretor-geral do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM)*

A questão tecnológica é indissociável da indústria. No Brasil e no mundo, ambas nasceram no século XIX, mas ainda como coisas pontuais, relativamente isoladas. Aqui, as iniciativas de Barão de Mauá ou de Delmiro Gouveia são bons exemplos, tal como as instituições de ciência e tecnologia dessa época, como o Museu Nacional, o Museu Goeldi e a Escola de Minas, em Ouro Preto. No século XX, isso adquiriu enorme velocidade. A ciência, a tecnologia e a indústria saíram triunfantes da 2ª Guerra Mundial. Mostraram enorme poderio, indicado pelo desenvolvimento tecnológico e pelas estatísticas da produção decorrentes do esforço de guerra: o aprimoramento tecnológico e o gigantesco aumento da construção naval e da produção de aviões, o laser, a penicilina, e por fim, a bomba atômica.

Saímos da 2ª Guerra Mundial engajados nas possibilidades de crescimento da indústria e cientes do papel que a ciência desempenharia nisso. Militares, diplomatas e lideranças da CNI (Confederação Nacional da Indústria), entre outros, tiveram papel decisivo na construção das instituições de fomento à ciência criadas no pós-guerra. O impacto do que acontecia no mundo sobre o Brasil é tão extraordinário que a primeira instituição que nós criamos no pós-guerra foi o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, voltado à questão nuclear. Depois criamos o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), além do BNDES, cujo papel, até hoje, é fundamental para o desenvolvimento industrial do país. Fizemos, depois, um esforço significativo, no contexto do Plano de Metas, para avançar na produção de bens duráveis. Com isso, a indústria e as instituições de ciência e tecnologia foram crescendo.

O segundo PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), lançado em meados da década de 1970, talvez seja a maior demonstração da articulação entre a agenda tecnológica e a agenda industrial. O discurso do então Ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Veloso, quando apresentou o PBDCT (Plano Básico de Desenvolvimento Científico

e Tecnológico) ao Presidente da República Emílio Garrastazu Médici, é uma peça-chave para entender o processo, ver seu propósito e sua lógica. Reis Veloso afirmou: *“Nós vamos colocar bilhões nesse esforço, porque a tecnologia é absurdamente importante para o desenvolvimento industrial brasileiro”*. Foi o primeiro grande programa-polo do Brasil, e nos deve inspirar ainda hoje. Ali nasceu o *Proálcool*. Está na moda falar em *moonshots*, em pesquisa orientada à missão, do tipo que representou o *Projeto Apolo* para levar o homem à Lua. O *Proálcool* foi um esforço gigantesco, uma espécie de missão desenvolvida por muitas instituições e empresas brasileiras para o desenvolvimento de tecnologias nacionais próprias, com o objetivo de enfrentar os desafios daquele momento: energia e balança de pagamento.

Na década de 1980, perdemos o passo, com a crise da dívida e a hiperinflação. Quando conseguimos estabilizar a economia, modernizamos as instituições, as universidades cresceram e os institutos de pesquisa ficaram melhores, mas a apreciação cambial e a macroeconomia cobraram seu preço. O sistema industrial reduziu seu peso na economia brasileira, apesar de continuar sendo um setor relevante.

Temos pela frente um desafio: como nos mantermos relevantes e competitivos nas indústrias da

Segunda Revolução Industrial, como a têxtil, a petrolífera, a automobilística e a química. Como manter alguma competência na indústria que emergiu após a 2ª Guerra, pós-guerra, como a eletrônica, que migrou para a Ásia. E, em especial, como se posicionar na indústria do futuro, que talvez não seja um setor novo, mas um conjunto de tecnologias que vão impactar todos os setores econômicos, como inteligência artificial, *data science*, *IoT* (*Internet das Coisas*), entre outras.

## A NOVA “CORRIDA DO OURO”

Para se ter ideia do que está em jogo, o Congresso Americano determinou que o “Escritório de Ciência e Tecnologia” da Casa Branca faça um relatório anual sobre o que está acontecendo na direção da indústria do futuro, no mundo. Eles se perguntam: *“O que é a indústria do futuro? Que setores novos serão dinâmicos e qual a evolução com relação às revoluções industriais anteriores?”*. Todos os países estão em uma corrida em torno da agenda tecnológica para o futuro, principalmente Estados Unidos e China, em uma rivalidade crescente em torno da tecnologia quântica. Esta é, talvez, a única que pode gerar um setor novo, cujo impacto ainda não conhecemos, porque suas aplicações vão muito além do que é a computação quântica.

No meio dessa corrida, o Brasil retrocedeu do ponto de vista econômico. Nos últimos seis ou sete anos, andamos de lado ou para trás. Fizemos um enorme esforço para tudo dar errado. O preço disso foi o baixíssimo crescimento da economia. Quando você não cresce, não há agenda industrial e tecnológica que funcione. O cenário internacional é difícil, em função de uma rivalidade extremamente acirrada, com barreiras comerciais, proibição de compras e de aquisições de empresas, proibição de acesso tecnológico às empresas chinesas e um conjunto de questões que, agora, ficaram ainda mais exacerbadas pelo contexto da Guerra da Ucrânia. Temos, atualmente, uma tentativa de desacoplamento entre o Oeste e o Leste do mundo, mas, evidentemente, com o grau de interligação hoje existente no mundo, é muito difícil imaginar que isso seja possível.

A rivalidade internacional é cada vez maior: as medidas norte-americanas em relação às chinesas e as europeias em relação às americanas. Nesses vários países está sendo debatida a importância da volta do planejamento. É impressionante o impacto dos planos de médio e longo prazos sobre o desenvolvimento científico e tecnológico na China. Mais do que os planos, impressiona que os executem buscando, sobretudo, reduzir o grau de dependência em relação às tecnologias produzidas

nos Estados Unidos. O governo americano, por sua vez, bloqueia cada vez mais o acesso das empresas chinesas às tecnologias desenvolvidas no país. Recentemente, o Senado americano aprovou a lei *United States Innovation and Competition Act*, com 3.600 páginas, que trata de semicondutores, espaço, aeronáutica, reforma das agências americanas. Na própria lei, o Congresso Nacional trata, surpreendentemente, sobre a "ameaça chinesa".

## LIÇÕES DO PASSADO

Nossa industrialização teve importante avanço durante o Plano de Metas e também na década de 1970, quando havia rivalidade entre as empresas americanas e as europeias do setor automotivo. Seu objetivo principal era propiciar o ingresso do Brasil no mundo desenvolvido até o final do século XX. Há, aqui, uma inspiração que pode nos ajudar hoje: formular uma política industrial nessa linha, acoplada com a política tecnológica, nos moldes daquela idealizada pelo ex-ministro Reis Veloso. Já fizemos isso antes e podemos fazer outra vez: olhar o que está acontecendo no mundo para escolher o papel que nos cabe nesse novo e imprevisível cenário internacional, e o que é preciso ser feito para vislumbrar oportunidades para a inserção do Brasil na economia global.

A inovação é essencial para que as empresas nacionais sejam mais competitivas e consigam operar globalmente, mas sem crescimento econômico e uma política que as estimule a inovar, as chances de avançar nessa agenda são mínimas.

Dada essa nova realidade, se não quisermos ficar ainda mais para trás, teremos que pensar o que fazer em um mundo em que há enorme planejamento e ações concretas. Nesses últimos anos, temos atuado com muita improvisação. Não voltaremos a fazer planejamento como fizemos no passado, mas precisamos voltar a olhar o que o mundo está fazendo e, minimamente, organizar as nossas ações. Um dos nossos principais desafios, senão o



maior, é melhorar nossa posição no ranking internacional da inovação (hoje ocupamos a 57ª posição em um levantamento que abrange 132 países). Nas últimas duas décadas, alcançamos bons avanços nessa área: modernizamos vários marcos regulatórios, reformamos a Lei de Propriedade Intelectual, aprovamos a Lei de Inovação, criamos marcos regulatórios novos em biossegurança e definimos ações do Banco Central e da CVM na regulação do mercado de financiamento, de investimentos e fundos, o mercado de risco. Viabilizou-se o surgimento de inovações financeiras importantes, como as *fintechs*, e outras ações que vão ter impacto importante no acesso ao crédito no Brasil nos próximos anos.

Tivemos, ainda, importantes melhorias nas relações entre universidades, institutos e empresas, com várias iniciativas que buscam aprimorar esse processo, entre as quais destaco a Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), fórum criado pela CNI, composto por dezenas de CEOs e executivos de empresas industriais que colocam a inovação no centro de suas estratégias e buscam realizar ações integradas com a academia e o setor público. A criação da EMBRAPPII (*Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial*) é um resultado concreto dessa articulação.

## DESAFIOS PARA O FUTURO

Entretanto, apesar desses avanços, a sensação é de que o país não sai do lugar. Isso se deve, em grande parte, ao fato de termos uma agenda, já conhecida, que há anos adiamos cumprir, tal como as reformas tributária, administrativa, política e outras que estão sobre a mesa, que precisam ser enfrentadas para tirar as âncoras do passado que pesam na marcha ao futuro, que nos amarram em relação ao que precisamos fazer daqui para a frente. A inovação é essencial para que as empresas nacionais sejam mais competitivas e consigam operar globalmente, mas sem crescimento econômico e uma política que as estimule a inovar, as chances de avançar nessa agenda são mínimas.

Há, também, uma agenda nova, também relativamente conhecida, que requer o trabalho de examinar o que o mundo está criando. Uma parte da nova agenda tem a ver com criar competências em algumas tecnologias habilitadoras e críticas: inteligência artificial, tecnologias quânticas, *data science* etc. Outra parte é termos gente qualificada para dar conta do desafio. Precisamos fazer um plano para desenvolver as competências de pessoas e,

também, de empresas, em diversos segmentos tecnológicos. Falta gente no mundo inteiro para atuar nessas áreas e nós não estamos fora dessa realidade. Normalmente, os países atacam o problema, olhando as tecnologias e enfrentando também os grandes desafios em setores como energia, saúde, defesa. Na Europa, o grande *moonshot* é o conjunto das tecnologias verdes, uma vez que as nações europeias querem ser neutras em emissão de carbono em 2050. No caso do Brasil, um grande *moonshot*, ou seja, uma grande missão seria dar um tratamento prioritário ao desenvolvimento sustentável da Amazônia, para viabilizar e consolidar o protagonismo do país nas áreas de energia e descarbonização da economia. Esse pode ser o nosso *Proálcool* dos próximos anos. Por outro lado, se não nos posicionarmos corretamente em relação à Amazônia, se não fizermos aquilo que é nossa responsabilidade, nosso dever de casa, vamos prejudicar as empresas brasileiras no acesso a diversos mercados internacionais. Precisamos agir logo, de forma consistente e planejada, porque há muitos e novos desafios vindo, alguns verdadeiros *tsunamis* sociais, econômicos e culturais.

## **POR QUE ERRAMOS E COMO PODEMOS ACERTAR**

*A fala do professor **Carlos Pacheco** é uma viagem ao passado, ao presente e às possibilidades do futuro. Lembra o tempo em que tínhamos metas e planejamento e os resultados que obtivemos na indústria e na economia; também lembra nossa capacidade para dar passos na criação de bases para infraestrutura científica e tecnológica. Ele mostra que estamos patinando internamente, no momento de incertezas internacionais, e defende que precisamos escolher o que nos cabe no meio da rivalidade internacional para, com isso, recuperarmos o que o célebre e visionário ex-ministro do planejamento João Paulo dos Reis Veloso defendia (e praticava) há cinco décadas. Sugere que precisamos definir missões (moonshots) e planejar o caminho para realizá-las.*

*Carlos Pacheco não fala das dificuldades de combinar e lidar com as forças vivas do país em uma democracia sem instinto nacional, expressão usada por Joaquim Nabuco para o desejo de Abolição em 1888. Reis Veloso tinha a facilidade unificadora da vontade nacional do regime militar, que não queremos de volta. Mas nossa democracia não está apresentando propósitos aglutinadores, nem conta com um rumo que nos unifique em um destino comum desejado como nação.*

*O Projeto Apollo – moonshot do presidente americano John Kennedy – unificou os Estados Unidos dentro das regras democráticas. O moonshot da reunificação da Alemanha unificou o povo alemão, da mesma forma que Juscelino Kubitschek conseguiu integrar o Brasil em torno do Plano de Metas (50 anos em 5). Na democracia, missões, como enviar tripulação à Lua ou fazer industrialização rápida, exigem povo unido, lideranças carismáticas e sintonia com a marcha da história. Nossa questão é saber por que não estamos sendo capazes de unir a técnica de metas e planejamento de JK e dos governos militares, na democracia, para conseguirmos coesão no presente e rumo ao futuro.*

*Nosso problema maior é o atoleiro político da divisão em corporações, de patrões ou assalariados, siglas partidárias, grupos identitários e um setor público que se sente desvinculado do corpo do país: seu povo e suas forças vivas, sem um espírito nacional. Falta-nos isso hoje para, por exemplo, abolir o quadro de pobreza, distribuir melhor a renda, solidificar o sistema de tecnologia, realizar política industrial e reduzir o Custo Brasil.*



9 788579 573200 >



Confederação Nacional da Indústria  
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA